

# As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?

ANDRÉ SINGER E ISABEL LOUREIRO (ORGS.)

*São Paulo: Boitempo, 2016. 282p.*

*Gustavo Casasanta Firmino\**

Reindustrialização com oposição dos industriais, assalariamento precário com acesso à universidade, ampliação do crédito educacional com crescimento do ensino superior privado, walmartização do trabalho com internacionalização dos sindicatos, agroecologia com agronegócio, autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista, emancipação cultural com empreendedorismo, esperança de inclusão com rebaixamento das expectativas – essas são algumas das contradições do lulismo tematizadas ao longo do livro aqui resenhado. Fruto de uma pesquisa realizada no âmbito do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) entre 2014 e 2016, seu objetivo é mapear algumas das contradições que tiveram lugar durante o período de 2008 a 2014, entre o auge da crise econômica internacional durante o segundo governo Luiz Inácio Lula da Silva e o final do primeiro governo de Dilma Rousseff. O livro é composto por oito artigos.

Iniciando a série de intervenções, André Singer analisa o quadro político geral no qual se deu a tentativa de estabelecimento da chamada “nova matriz econômica” e seu posterior ocaso, no primeiro governo Dilma. Teria havido, segundo o autor, um “ensaio desenvolvimentista” entre 2011 e 2013, ancorado numa série de

---

\* Doutorando em Ciência Política na Unicamp. E-mail: gucasasanta@gmail.com.

medidas de política econômica visando diminuir a dependência externa e o peso dos interesses rentistas na economia brasileira, ao mesmo tempo que se buscou incentivar a indústria nacional. Acentuando o ativismo estatal na economia, a nova matriz pressupunha uma aliança política entre industriais e trabalhadores de base, o que não ocorreu. Afetados pelas políticas pró-trabalho (elevação do salário mínimo, distribuição de renda e diminuição do desemprego), os industriais engrossariam as fileiras de uma frente antidesenvolvimentista que englobou o conjunto da burguesia e a classe média tradicional.

Buscando mapear a evolução do comportamento das classes “subalternas”, o texto de Ruy Braga explora a tensão entre o modo de regulação política lulista e o regime de acumulação econômica, fiadores do modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Na visão de Braga, tanto os trabalhadores sindicalizados (que protagonizaram um crescente movimento grevista a partir de 2012), quanto o “precarizado” urbano teriam se colocado em movimento no período recente, de sorte que junho de 2013 marcaria a convergência espontânea, pelas ruas do país, entre a luta econômica em defesa de melhores salários e condições de trabalho daqueles e a luta política deste em defesa de direitos sociais. As manifestações de junho teriam sido um momento de inflexão na vida política nacional, marcado pelo fim do consentimento passivo das classes subalternas ao lulismo.

Leonardo Mello e Silva apresenta uma discussão sobre as redes sindicais de trabalhadores em empresas multinacionais no capitalismo globalizado. Tendo por referência as empresas multinacionais e não o pertencimento a uma unidade nacional específica, as redes cumpririam o papel de evitar a competição entre trabalhadores de uma mesma empresa e de buscar a coordenação de interesses entre diversas unidades produtivas onde se encontram as multinacionais e seus trabalhadores. Criadas em resposta à internacionalização da produção, as redes comportam grande variedade organizacional, entretendo, por vezes, relações ambivalentes com os sindicatos nacionais. Embora o título do capítulo remeta a inovações no sindicalismo brasileiro, o artigo não faz mais do que episódicas menções ao caso nacional.

No capítulo dedicado à questão agrária, Isabel Loureiro pontua as transformações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir do início dos anos 2000. Sob o lulismo, a ampliação das políticas públicas destinadas à agricultura familiar e aos pequenos camponeses assentados conviveria com a hegemonia do agronegócio, impulsionada pela expansão mundial das *commodities*. Conjugados, o desenvolvimento do capitalismo no campo, a paralisação da reforma agrária e o esgotamento de um ciclo da esquerda “oficial” brasileira, empenhada na implementação de um programa “democrático-popular”, impuseram limitações às escolhas do MST, sintetizadas na defesa que vem sendo feita pelo movimento de uma “reforma agrária popular” e da produção agroecológica.

O artigo de Carlos Bello aborda as percepções sobre pobreza e o Programa Bolsa Família entre diferentes segmentos sociais, partindo de dados fornecidos por pesquisas de opinião. Apesar dos inegáveis avanços obtidos no combate à pobreza

e à pobreza extrema, que beneficiaram um largo contingente de brasileiros, Bello argumenta que o Bolsa Família ainda é majoritariamente percebido, mesmo entre os beneficiários do programa, como um “favor” ou “ajuda” do governo, e não como um direito efetivo. Dentre outros fatores, a natureza focalizada do programa contribuiria para fomentar tal percepção.

Ao apresentar os resultados de sua pesquisa realizada na Zona Leste da cidade de São Paulo, Cibele Rizek aponta para uma imbricada articulação entre a gestão privada de programas culturais e a gestão de equipamentos de saúde geridos por Organizações Sociais (OS), comumente financiadas com recursos públicos. Se se reconhece, por um lado, a ampliação de políticas voltadas à área da cultura com a chegada do PT ao governo federal, por outro, argumenta-se que a concepção de cultura, como produto vendável, também ganha terreno. Remetendo ao caso paulistano, Rizek atesta não somente o encolhimento do caráter público das políticas de saúde e cultura, mas também a formação de um novo perfil de agentes da cultura e do “social” caracterizados por condições de vida e de trabalho cada vez mais precarizados e intermitentes.

As relações entre as esferas do “público” e do “privado” são abordadas por Wolfgang Leo Maar, para quem a questão central da luta de classes no Brasil contemporâneo reside na disputa em torno do caráter público das políticas econômicas e sociais do Estado. Para o autor, a ditadura militar instaurada em 1964 golpeou o caráter “público” do Estado nacional, ao passo que o processo de redemocratização ocorreria em meio à privatização da sociedade e do Estado, reforçada no período FHC. A aposta feita pelos governos petistas na via das políticas públicas para fazer frente à dominação econômica do capital não teria sido capaz de opor à esfera pública altamente privatizada existente no país uma “contraesfera pública” de caráter democrático e popular.

O livro se encerra com uma crônica do esfacelamento de um projeto de nação integrada e com equidade social, do ponto de vista da crítica cultural materialista, assinada por Maria Elisa Cevasco. Retomando uma série de ensaios de análise de conjuntura redigidos pelo crítico literário Roberto Schwarz e que enfocam momentos decisivos da vida política brasileira, a autora procura demonstrar a persistência de certas antinomias políticas e sociais ao longo da nossa história: ordem/desordem, progresso/atraso, moderno/arcaico etc. Desveladas pela crítica cultural, nossas frustrações históricas seriam repostas de tempos em tempos conforme as colorações de cada momento. Sinal dos tempos – e sintomático de um debate ainda aberto no interior da esquerda –, o artigo é finalizado com referências vagas e pouco esclarecedoras sobre as manifestações de junho de 2013.

Certamente válida e necessária, a proposta de reflexão sobre as contradições envolvendo o ciclo dos governos petistas deverá ganhar terreno nas ciências sociais, de maneira geral. Abordando um leque temático amplo, os artigos reunidos no livro, cada qual à sua maneira, procuram fornecer certas coordenadas capazes de auxiliar nessa tarefa. Aí o leitor encontrará algumas reflexões amadurecidas e bem rematadas e outras com forte teor ensaístico.